



SIMBOLISMOS E CONFLITOS NA CISÃO DA DEMARCAÇÃO DA TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL

Sandra Rodrigues e Silva¹

Resumo: O artigo descreve os processos históricos de conflitos, exclusão e negação pelas elites dominantes dos povos indígenas que culminaram na dicotomia das comunidades: Vila Surumu e Barro da Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

Palavras-chave: Povos indígenas Roraima, conflitos, Terra Indígena Raposa Serra do Sol.

Abstract: *This paper addresses the historical processes of conflicts, exclusion and negation by the dominant elites of the indigenous peoples of Roraima that culminated in the dichotomy of the communities: Vila Surumu and Barro, of the Land Raposa Serra do Sol.*

Key words: *Indigenous peoples Roraima, Conflicts, Raposa Serra do Sol Indigenous Land.*

¹ sandra.manauara@gmail.com. Mestranda Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Instituto de Antropologia da Universidade Federal de Roraima UFRR - Brasil.

1. Introdução

Respaldado em dados historiográficos, este artigo é balizado por referências bibliográficas históricas para que, antes de qualquer coisa, possamos nos situar em diversos aspectos da referida localidade estudada, Roraima, e, principalmente, a partir desse trabalho, nos aprofundarmos em variados conceitos que, por enquanto, estão colocados apenas como possíveis orientações acadêmicas para um futuro trabalho no intento de amadurecer as observações, construções e indagações.

No lado mais extremo do norte amazônico encontramos Roraima, a Guiana Brasileira, como era anteriormente conhecido o estado. Aqui, vamos nos deparar com uma ampla literatura e diversas publicações, de vários escritores, cronistas de viagens, missionários, militares, exploradores, entre outros, cujos relatos comprovam um intenso comércio e movimentação na região desde o séc. XVIII.

O rio

Farage (1991) destaca, em seu livro *“As Muralhas dos Sertões”*, o papel dos povos indígenas no rio Branco e a colonização portuguesa; a antropóloga ressalta que o rio Branco, a partir dos anos 30 do século XVIII, tornou-se importante ponto de troca de mercadorias com os holandeses, suscitando, dessa forma, a atenção dos lusitanos para uma fronteira até então colocada de lado em termos de alerta. Como afirma a autora,

“O discurso colonizador português para o Branco montar-se-ia sobre o tema da necessidade de sua ocupação para estancar a invasão insidiosa dos manufaturados holandeses, flanco aberto na segurança dos domínios portugueses na Amazônia”. (FARAGE.1991. pág. 79).

Os conflitos

O rio Branco teve importância ímpar na história do extremo norte do país, abastecendo o mercado colonial com mão de obra escrava indígena e produtos comerciais, pois o que estava em jogo, como pano de fundo, era a fragilidade que ocorria com a possível abertura na entrada para o vale

amazônico. Os índios e sua submissão exerciam papel imprescindível nesse momento da história.

Sobre esse período histórico, “as *nações estrangeiras confinantes e fronteiras do rio Branco*, “são os *hespanhóes da região do Orinoco*, e os *holandeses da de Surinam* (...) os *hespanhóes podem descer por qualquer dos rios que da cordilheira desaguam para o rio Branco* (...) os *holandeses de Surinam não têm passo tão dificultoso*, pois subindo o *Essequebe*, rio em que eles já têm estabelecimentos, (...) é um espaço de terreno todo de *comunicação dos domínios holandeses para o rio Branco*”. (sic) (D´ALMADA.1861 pág. 628, 629).

Povos Indígenas de Roraima

Em relação aos povos indígenas da região, o relatório português, encabeçado pelo governador da Província do Rio Negro, Lobo D´Almada, inventariou umas vinte e duas tribos, sendo boa parte da família caribe e a mais populosa deles, os da etnia Makuschí.

Vale destacar que Farage e Santilli, a respeito dos povos indígenas de Roraima, discorrem acerca da região afirmando que esses habitantes vivenciaram um duplo processo colonizatório, a partir de meados do século XVIII, por parte dos portugueses e também dos holandeses.

A narrativa do geógrafo Hamilton Rice (1978 pág. 12), entre os anos 1924 a 1925, além de, inicialmente, pesquisar e experimentar sobre aparelhos de telegrafia sem fio, tinha por intuito efetuar um estudo antropológico, etnológico e sanitário da região visitada. O geógrafo descreve como percebe a relação comercial e exploratória com os indígenas da região:

“Uma das grandes dificuldades nesse norte da América do Sul é a má fé dos comerciantes e dos que empregam índios, bem como o hábito deplorável de deduzir dos salários uma alta porcentagem, sob pretextos os mais diversos. As relações entre credores e devedores são deploráveis e, em grande parte, responsáveis pela miséria e pelo atraso da região”. (RICE. 1978. pág. 32).

Essas relações e discursos são cristalizados até nos dias atuais, sendo usado como forma de desvalorização e manipulação da população

indígena que, por sua vez, continua reproduzindo, de forma sutil, a exploração histórica.

Discorrendo sobre a ocupação das terras indígenas, Farage e Santilli (1992) escrevem que a arregimentação da mão de obra indígena para a pecuária deve ser analisada sob vários aspectos, e que:

“A utilização da mão de obra indígena no rio Branco deve certamente ser entendida no contexto mais amplo da organização do trabalho na Amazônia, que, como se sabe, não contou com um fluxo significativo escravos negros durante o período colonial e nem sequer no século XIX” (FARAGE E SANTILLI.1992.pág.)

Conforme os autores, apesar da precariedade de dados quantitativos, pode-se aferir que o recrutamento da população indígena propiciou uma mudança na composição étnica e demográfica da população, principalmente em decorrência de migrações forçadas e baixas demográficas. Outro fator que alterou a vida da população indígena, com certeza, foi a chegada das epidemias de varíola e gripe. A propósito disso, o

“recrutamento forçado de mão de obra indígena, embora esta fosse uma população formalmente livre, não cessou no rio Branco (...) o trabalho, em tese remunerado, revelase compulsório diante das sevícias com que os fazendeiros respondiam às frequentes fugas de índios: pão, pano e pau – era o que necessitavam os índios”. (FARAGE-SANTILLI. 1992. pág. 270)

Roraima apresentou, já desde esse período, uma elite própria local que, pressionando o Estado, buscou rever a existência das propriedades estatais que impediam a legitimação das fazendas particulares. Historicamente, o estado, de certo modo, impedia a privatização e reconhecimento posterior da posse. A República, no entanto, abre precedente, com certos dispositivos legais, para que esse reconhecimento fosse efetivado.

Recheados de diversos vícios jurídicos, esses dispositivos, ao longo da história da República, corroboraram com essa elite dominante, reforçando o distanciamento cada vez maior dos indígenas em relação à posse de suas terras, bem como a negação da presença indígena e de seus territórios.

Os não índios, ao adquirirem a posse das terras indígenas, transformavam em agregados os índios que ali viviam, numa tentativa de torná-los invisíveis.

2. Iniciando discussões a respeito da Vila Surumu e a Comunidade do Barro.

Para desenvolver essa discussão será considerado o conceito de dualismo de Lévi-Strauss (1975), e o exemplo que o autor traz da sociedade dos Winnebago nos servirá para balizar as observações, construções e posteriores indagações a respeito das duas comunidades indígenas distintas na TIRSS.

A partir desse ponto inicial, ressaltamos a contribuição de Lévi-Strauss referente à concepção de dualismo por ele trabalhada em “*As organizações dualistas existem?*”. De acordo com o autor, o livro trata de uma tribo dos Grandes Lagos norte-americana, cuja percepção, em sua divisão, diferenciava de um lado para o outro, dependendo do lado em que estava o informante.

Segundo Lévi-Strauss, existiam os wangeregi, (“os do alto”), e os manegi, (“os de baixo”) e suas respectivas compreensões do todo, cuja forma descrita por cada lado correspondia a arranjos reais; e a oposição existente nas duas estruturas – diametral e concêntrica, remete-nos a duas conceitualizações alternativas de uma mesma organização.

A Comunidade do Barro e a Vila Surumu configuram uma dicotomia similar, já que ocorre uma ruptura e ambos os lados mantêm opinião cristalizada em relação ao opositor. E é esse contraste que fará o diferencial entre eles, pois os mantêm de forma aparente, tranquila, em seu convívio, e, às vezes, até familiar.

Lévi-Strauss pretende destacar em sua tese que esse aparente dualismo não é binário, simétrico ou cartesiano, indo muito além, pois aparece um terceiro elemento, formando uma tríade.

Como descrito pelo antropólogo, existe uma tríade na junção (ou contraposição) desses dois elementos, gerando-se um terceiro que faz o papel de mediador dessa relação. Para Lévi-Strauss, esse é o ponto importante da análise, uma vez que o relevante não seria nenhuma das metades, mas o “encontro” dessas partes e que devemos observar atentamente. A ideia é de que, após essas observações, com nossa imersão no campo, possamos construir ou acrescentar indagações referentes a esse encontro entre os

diferentes, entre o Eu e o Outro, e as pontes (ou não) criadas como terceiro elemento nas duas comunidades.

A Cena - Movimento “Ou Vai ou Racha”

Na década de 70, tendo como cenário o problema do alcoolismo e suas graves implicações, ocorreu o movimento que levantou bandeira para essa temática e, principalmente, para as questões fundiárias, como a retomada das terras indígenas e conscientização dos direitos deles. O movimento “Ou vai ou Racha” tornou-se emblemático para os povos indígenas de Roraima pela relevância política e pela abrangência e envolvimento das comunidades. Outro papel de destaque da mobilização foi a participação da ala progressista da Igreja Católica nas reivindicações por direitos indígenas em Roraima.

Ao discorrer sobre a história de Roraima, podemos verificar que os problemas envolvendo Estado, populações indígenas, posse e reconhecimento de territórios não são de hoje. Roraima cresceu com esse perfil de exclusão daqueles que são oriundos da região. Porém, nos tempos atuais, as terras indígenas, homologadas ou não em Roraima, representam um cenário de disputa: de um lado, os indígenas, originários da região; do outro, novos posseiros, grileiros e governo.

Vale ressaltar que esse procedimento demarcatório foi assinalado por intensos e violentos conflitos. Parte desses conflitos foi provocado por fazendeiros, a maioria rizicultores, que, apoiados por políticos locais, resistiram, muitas vezes de forma violenta, às diversas operações da Polícia Federal. É importante frisar que, nesse processo administrativo, havia divergências entre as próprias organizações indígenas do estado.

No caso das diversas organizações indígenas, havia também forte oposição entre aquelas que defendiam a demarcação em área contínua, lideradas pelo “Conselho Indígena de Roraima” (CIR) e opositores que apoiavam a demarcação em um território descontínuo, e que eram encabeçadas pela “Sociedade de Defesa dos Índios Unidos de Roraima” (Sodiur). Essa oposição dependia, no entanto, das relações externas, as quais estavam ligadas ou não aos fazendeiros ou a posicionamentos políticos, entre outros.

Os principais problemas apontados pelos grupos contrários à demarcação de forma contínua, como a mídia local, que pertencia às famílias

tradicionais e políticos de Roraima (a elite dominante), e uma parcela da população, são os seguintes:

- *o índio atrapalha o progresso do estado;*
- *ameaça à soberania nacional;*
- *é muita terra pra pouco índio.*

Essas cenas, relatadas por aqueles que vivenciaram ou apenas escutaram a respeito, foram, em sua maioria, registradas em vídeos, divulgadas nas mídias e redes sociais, realizadas por meio de encontros reais, idealizadas como figuras significativas da época, perpassadas por sombras, permeando toda a cena em destaque na história do estado, segundo Crapanzano (2005, p. 359):

“Não quero, contudo, reduzir a cena ao subjetivo, pois acredito que isso nos desviaria do que considero ser sua base intersubjetiva. Nesse particular, divirjo da concepção usual da fenomenologia centrada na consciência singular ou na intenção e, mesmo, do senso comum. Devo acrescentar, apesar de não poder aqui prosseguir com minha argumentação, que a subjetividade, a despeito de quanto possa parecer minha, é essencialmente intersubjetiva, tanto em um modo mediado pela linguagem, por exemplo, quanto imediatamente, por meio de encontros reais e imaginados com figuras significativas cercadas de sombras. Para mim, ao menos, a cena é aquela aparência, a forma ou refração da situação “objetiva” em que nos encontramos, colorindo-a ou nuançando-a e, com isso, tornando-a diferente daquilo que sabemos que ela é quando nos damos ao trabalho de sobre ela pensar objetivamente”. (2005 p. 359).

Crapanzano frisa ainda que a cena possibilita enxergarmos as perspectivas imaginárias, indo além da linha tênue do olhar habitual, transpassando o olhar do senso comum. Na cena, há fragmentos de realidade cuja percepção está impregnada de possibilidades imaginativas, formando uma interlocução entre o tangível e o ideal, denominada por Crapanzano de “cena como dupla voz” e “dupla visão”.

A divisão - Vila Surumu e a Comunidade do Barro

Victor Turner afirma que os dramas sociais ou conflitos dão origem a performances narrativas, e que estas podem fornecer modelos para novas vivências, ocasionando, às vezes, verdade de uma determinada ordem ou seu inverso – desordem. Trazemos esse conceito para ilustrar como podemos perceber essa concepção nas diversas situações conflituosas do evento “Homologação da TIRSS” no estado.

A Vila Surumu (antiga Vila Pereira) e a Comunidade do Barro pertencem à mesma região, embora exista uma divisão interna formalizada pela população. Pertencem a TIRSS, posicionada distante de Boa Vista cerca de 200 km, sentido Norte da referida terra indígena.

Na década de 90, acirraram-se os conflitos com o processo de demarcação da região (TIRSS) que engloba a localidade. A Vila Surumu e a Comunidade do Barro, com essa secessão, refletem diretamente essa dicotomia, pois contam com duas comunidades que estão juntas geograficamente, mas separadas ideologicamente, porém, apoiadas por duas das citadas organizações indígenas do estado.

Em decorrência dos desentendimentos ocorridos com essa ruptura, os indígenas, juntamente com as duas lideranças – uma ligada ao CIR (Tuxaua Maria Eliza) e outra ligada à Sociedade de Defesa dos Índios Unidos de Roraima-SODIUR (Tuxaua Rodolfo Fernandes do Nascimento) – pleitearam, simultaneamente, ao Ministério da Justiça, órgão ao qual a FUNAI está subordinada, a divisão oficial da comunidade em “duas comunidades distintas”, contemplando, assim, uma divisão político-ideológica já existente.

As observações, construções e indagações.

A demarcação da Terra Indígena demonstra a existência de interesses conflitantes na região, dividindo aqueles grupos que argumentam de forma favorável e de forma contrária à demarcação, principalmente por se tratar de uma área com sobreposições de interesses econômicos, políticos*, institucionais e ambientais. Essa divisão, no entanto, não é tão binária, pois encontramos situações de aproximação momentânea em algumas e de distanciamentos em outras, conforme o contexto.

Victor Turner (1957), em “Schism and Continuity in an African Society”, elaborou o conceito de Drama Social para descrever a lógica processual da vida social, política e os conflitos em uma Aldeia Ndembu na África Central, tomando esse conceito deliberadamente da dramaturgia. Turner reitera que os dramas sociais são episódios de tensão e conflito em que as relações sociais do grupo estão em "perigo". Essa definição de drama social de Turner (1957) sugere um modelo com quatro estágios, sendo uma experiência conflituosa no decorrer do tempo, que se caracteriza por fases semelhantes:

1º Estágio – composto pela ruptura de alguma relação vista como crucial no grupo em questão, relação esta que lhe fornece não só o contexto, mas também muitos de seus objetivos.

2º Estágio – fase de rápida ampliação da crise na direção de uma intensificação da cisão social.

3º Estágio – período para a aplicação de meios legais ou rituais de reparação ou reconciliação das partes em conflito no campo da ação.

4º Estágio – expressão pública e simbólica da reconciliação em diferentes padrões ou do rompimento irremediável. Reconhecimento.

3. Conclusão

O tom que busquei conferir a este resumo foi o de observar, inicialmente, a temática indígena pelo viés histórico e antropológico, associando algumas reflexões conceituais que perpassaram os conflitos da demarcação, e, a partir daí, promover uma discussão em relação a essas duas comunidades distintas, próximas e distantes, cuja cisão permite inúmeras análises, sabendo que esta pesquisa não se encerrará com essas inquietações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

- BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. [1939].
- CRAPANZANO, Vincent. *A cena: lançando sombra sobre o real*. **Mana**, v. 11, n. 2, p. 357-383, 2005.
- FARAGE, Nádia. *As Muralhas dos Sertões: Povos indígenas no rio Branco e a colonização*. Paz e Terra, 1991.
- FARAGE, N. & SANTILLI, P. *Estado de Sítio: território e identidade no vale do rio Branco* In: CUNHA, M. C. da (Org.) *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras/ FAPESP, São Paulo, 1992.

LOBO D'Almada. 1861 (pág 628, 629).

LÉVI-STRAUSS, Claude. *“As organizações dualistas existem?”*. In: Antropologia estrutural. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

RICE, Hamilton - *Exploração na Guiana Brasileira* - Editora da Universidade de São Paulo - Livraria Itatiaia Editora Ltda. 1978 (pág 12)

SANTILLI, Paulo. *Trabalho escravos e brancos canibais: Uma narrativa histórica Macuxi*. In: (Org.) Bruce, Albert. Alcida, Rita Ramos. *Pacificando o Branco: cosmologia do contato no norte-amazônico*. 2002